

# O tambor e o território na educação escolar quilombola

## El tambor y el territorio en la educación escolar quilombola

### The Drum and the Territory in the Quilombola School Education

**Cláudia Luísa Zeferino Pires**

claudia.luisapires@gmail.com

*Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS*

**Winnie Ludmila Mathias Dobal**

falecomawinnie@gmail.com

*Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS*

**Resumo:** Este artigo aborda como o percurso e a trajetória de uma comunidade quilombola pode compor as possibilidades e o fortalecimento de uma educação geográfica quilombola pelo território. As ações de educação derivaram de um mapeamento co-participativo, sendo a base metodológica deste trabalho a pesquisa-ação. O mapeamento apresenta a valorização da diversidade racial/étnica presente no espaço para inclusão, permanência, aprendizagem e reconhecimento territorial da comunidade quilombola dos Alpes, em Porto Alegre, RS. Discute-se, igualmente, a temática quilombola, especialmente na educação geográfica, para dar visibilidade ao tema como patrimônio cultural afro-brasileiro e sua valorização no ensino de geografia.

**Palavras chave:** território, educação quilombola, consciência territorial, mapeamento co-participativo.

**Resumen:** En este artículo se aborda en el camino y la trayectoria de una comunidad quilombola puede componer las posibilidades y el fortalecimiento de una educación geográfica quilombola por territorio. Las acciones derivadas educativos de un mapeo co-participativo, y la investigación-acción, la base metodológica de este trabajo. El mapeo muestra la valoración de la diversidad racial/étnica de este espacio para la inclusión, retención, el aprendizaje y el reconocimiento territorial de la comunidad quilombola de los Alpes, en Porto Alegre, RS. Discute el tema de quilombo, especialmente en la educación geográfica, para dar visibilidad al tema como patrimonio cultural africano-brasileño y su valor en la enseñanza de la geografía.

**Palabras clave:** territorio, educación quilombola, sensibilización territorial, mapeo co-participativo.

**Abstract:** This paper discuss how the pathway and trajectory of a quilombola community can compose the possibilities and the fortification of a quilombola geographical education by the territory. The educational actions derived from a sharing mapping, so the methodological basis of this work is the action research. The mapping presents the valorization of the racial/ethnic diversity present in the space for inclusion, establishment, learning and territorial recognition of Quilombola

Community of Alpes, at Porto Alegre, RS We also discusses the quilombola theme, especially in geographic education, to give visibility to afro-Brazilian cultural patrimony theme and its valorization in Geography teaching.

**Keywords:** territory, quilombola education, territorial awareness, sharing mapping.

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo debater as possibilidades de uma educação geográfica quilombola pelo território construída pelas marcas socioculturais e espaciais da comunidade Quilombo dos Alpes. Para isso, faz-se necessário relatar sobre as atividades relacionadas à Lei 10.639/03 e 11.645/08 (BRASIL, 2003; 2008), desenvolvidas no quilombo e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino, em Porto Alegre, RS, articuladas a uma trajetória de pesquisa iniciada em 2013 no Núcleo de Estudos Geografia & Ambiente (NEGA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 2013, a comunidade Quilombo dos Alpes estabeleceu uma parceria com o NEGA para a construção de um mapa que representasse os percursos e experiências vividas pela comunidade no território, com a função de marcar as trajetórias de vida com o uso do espaço e de sua territorialidade. Esse mapeamento objetivou identificar, pelas trilhas, as marcas da ancestralidade e da atualidade do sagrado no Quilombo dos Alpes. Para além das trilhas identificadas e mapeadas, o mapa expressa as histórias de vida, os vínculos e pertencimentos com o espaço. Elaborado em duas etapas, a primeira envolveu diretamente um grupo de estudantes da disciplina de Organização e Gestão Territorial 2013/2, originando o mapa *Da ancestralidade à atualidade: recuperação, preservação e valorização do sagrado no Quilombo dos Alpes*. Este deu nome ao capítulo do livro *Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território* (PIRES et al., 2016). Na segunda etapa, um grupo de pesquisadores do NEGA discutiu os marcadores territoriais que passaram a ser discutidos em sua forma e conteúdo com a comunidade. Dessa etapa se originou o mapa *Pelas Trilhas do Quilombo dos Alpes*. O mapa tornou-se um instrumento didático para reconhecimento e discussão sobre território e territorialidade quilombola junto às crianças do projeto de Laboratório de Inteligência Ambiental e Urbana (LIAU), coordenado pela Professora Andrea Ketzer Osorio, da Assessoria de Educação das Relações Étnico-Raciais (ASSER), coordenada por Vanderlei de Paula Gomes, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino, com a participação da professora Gisele Laitano. Ambas fazem parte da Secretaria Municipal de Educação (SMED) assim como também da comunidade quilombola (Fig. 1). A partir dessas ações se estrutura nosso das atividades e um convite a refletir como educação geográfica e território constituem uma relação de conhecimentos para educação escolar quilombola.

Figura 1: Quilombolas e o mapa *Pelas trilhas do Quilombo dos Alpes*.



Fonte: NEGA (2015).

## O QUILOMBO DOS ALPES

A realização desse trabalho não seria possível sem o acolhimento e disponibilidade da comunidade quilombola do Quilombo dos Alpes, localizada em Porto Alegre, RS. Acolhimento marcado por carinho, paciência e respeito. É sabido que esse acolhimento é característica comum de comunidades afro-brasileiras, considerando os valores afro-civilizatórios.

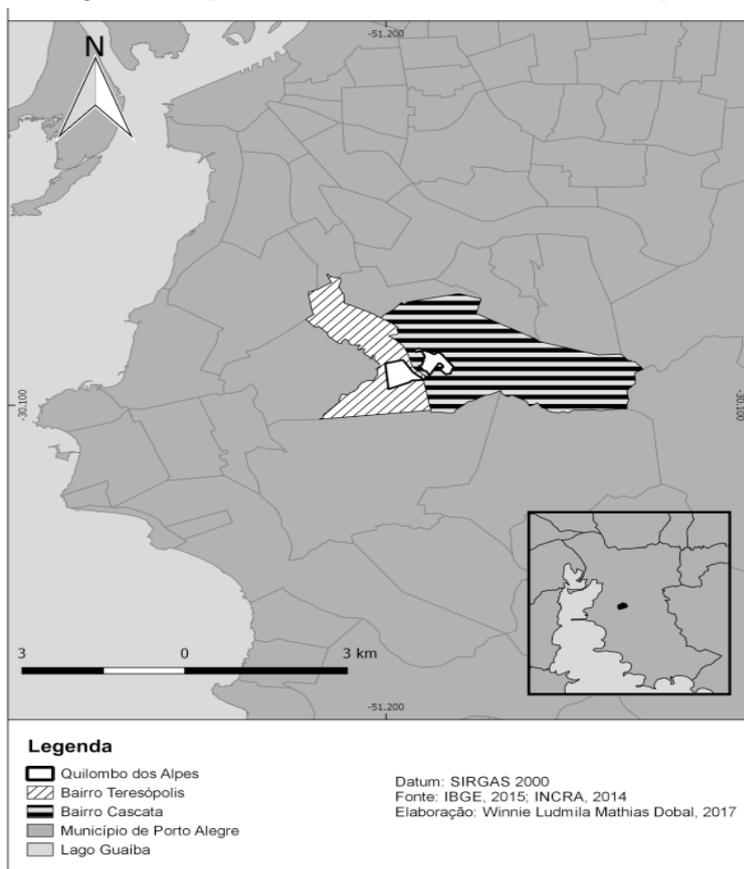
Conforme Azoilda Trindade (2005), compreende-se como valores civilizatórios afro-brasileiros

[...] a intenção de destacar a África, na sua diversidade, e que os africanos e africanas trazidos ou vindos para o Brasil e seus e suas descendentes brasileiras implantaram, marcaram, instituíram valores civilizatórios neste país de dimensões continentais, que é o Brasil. Valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração (TRINDADE, 2005, p.30).

Entretanto, para além das teorias, foi de grande importância poder compartilhar do que lhes é tão sagrado, o seu conhecimento. Sem a participação da comunidade não bastaria a inspiração interna, que não seria suficiente para dar corpo ao trabalho, nem suficiente para marcar parte da Geografia que desenvolvemos.

O Quilombo dos Alpes está localizado entre os bairros Teresópolis e Cascata no município de Porto Alegre (Fig. 2), tendo como área de maior ocupação de moradias a que se encontra no bairro Cascata; a área que se encontra no bairro Teresópolis foi escolhida e destinada pelos quilombolas para preservação da flora e da fauna presentes no morro. É considerado o maior quilombo urbano da cidade, com área aproximada de 58 ha (INCRA, 2014).

Figura 2: Mapa de localização do Quilombo dos Alpes.



Fonte: NEGA (2017).

A luta pela regularização fundiária teve início com a formação da Associação Quilombola Dona Edwirges, em 2005, junto com o autorreconhecimento da comunidade certificado pela Fundação Cultural Palmares. A possibilidade de titulação dá-se a partir do Artigo 68 do *Ato de Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal Brasileira* de 1988, que prevê o dever do Estado em emitir títulos de propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, e do Decreto 4.887/2003 que instrumentaliza as titulações determinando as fases necessárias para: (a) o autorreconhecimento enquanto pretensa comunidade quilombola; (b) a elaboração científica de laudo histórico-antropológico; (c) a demarcação e a desapropriação da área, que constitui a fase propriamente política do processo e (d) a certificação e a titulação das terras que passam a ser inalienáveis e indivisíveis para uso comum, sem parcelamento por lotes.

A formação do Quilombo dos Alpes está associada a chegada de Edwirges Francisca Garcia da Silva, em meados de 1930. A Vó (como Edwirges é referenciada pela comunidade) foi a matriarca do quilombo por muito tempo e constituiu a base de relações de parentesco e mito fundador do quilombo. Sendo considerada a primeira moradora da região, ali viveu e morreu aos 108 anos de idade. Dessa relação tempo-espço, estabeleceu-se e criou laços e relações com o território, assim como seus seis filhos e seus descendentes. Assim,

Dona Edwirges e seus familiares vivenciaram, presenciaram e auxiliaram na construção do quilombo, do seu entorno e da cidade.

Para além do reconhecimento territorial pelo Estado através da luta pelo direito à terra, torna-se importante resgatar o conceito de quilombo trazido por Alex Ratts (2006) em um trabalho de resgate da memória e dos trabalhos de Beatriz Nascimento. Conforme Ratts (2006), quilombo, especialmente, baseado em Quilombo dos Palmares, discute uma ideia de nação.

Quilombo é uma história. Essa palavra tem uma história. Também tem uma tipologia de acordo com a região e de acordo com a época, o tempo. Sua relação com o seu território. É importante ver que, hoje, o quilombo traz pra gente não mais o território geográfico, mas o território a nível (sic) duma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou. (NASCIMENTO *apud* RATTIS, 2006, p.30).

A relação de comunidade com o território se dá para além de suas bases físicas ou de moradia, ela é evidenciada e vinculada ao estar e pertencer a terra. Este vínculo que expressa o sentido/pertencimento/vivência ao quilombo chamamos de 'marcadores territoriais'. Em Pires et al. (2016) os marcadores territoriais compreendem o significado material e simbólico representado no espaço pelas trilhas sagradas e de convivência familiar, pelos pontos sagrados, como espaços de oferenda e de representação de orixás segundo a religião de matriz africana, assim como locais de antigas moradias da matriarca e familiares. O Capão da Vó e a Caverna da Tia Jaci configuram o que passamos a denominar de marcadores territoriais que constituem alicerce e fio condutor das narrativas espaciais da comunidade. Estas são a reconstrução das experiências vividas desveladas na relação com o espaço em diferentes formas. O narrador se vale do espaço para atribuir significados de pertencimento (PIRES et al., 2016).

A comunidade quilombola dos Alpes localiza-se em uma das áreas mais altas da cidade, entre os morros da Glória, com altitude de 279m, e do Teresópolis, com altitude de 262m. A elevada altitude e a localização na zona sul da cidade possibilitam o que a maioria dos visitantes e dos agentes imobiliários que disputam o território consideram como sendo o elemento de valorização: uma vista privilegiada da cidade, que abarca o Lago Guaíba e suas Ilhas. Entretanto, apesar dos quilombolas reconhecerem a beleza da vista, a Janja (Rosângela Garcia Elias, Presidente da Associação Quilombo dos Alpes e neta de Edwirges) relata que esta não é e nem pode determinar o valor do território, muito pelo contrário, a vista faz com que fiquemos de costas para o quilombo. O que determina o valor do território para a comunidade (aproximadamente 120 famílias) são os locais onde brincavam na infância, as antigas moradias, a vasta vegetação - contendo ainda resquícios de vegetação nativa e original da Mata Atlântica - a lagoa, a fauna, etc. Ou seja, são os

marcadores territoriais, as trilhas, o sentimento de vivência e sobrevivência, a resistência da comunidade que fortalece a coesão territorial através de suas práticas (fazeres e saberes). É desse olhar atento para dentro, que dá forma ao que consideramos uma possibilidade de geração e produção de conteúdos geográficos para uma educação territorial antirracista.

## EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E QUILOMBOLA

A educação e a escola passam a ter, a partir das Leis 10.639/2003 e 11645/2008, um papel fundamental no fortalecimento de identidades e na constituição de espaços antirracistas na educação escolar. Se a escola, como um espaço tradicionalmente visto como privilegiado, romper com seus modelos de educação colonial, poderá provocar a resistência e criar possibilidades de transformação da realidade vivida cotidianamente. Altera assim os rumos da organização social que perpassa em escala local e promove a integração entre povos e culturas em escala global (globalização cooperativa ou solidária).

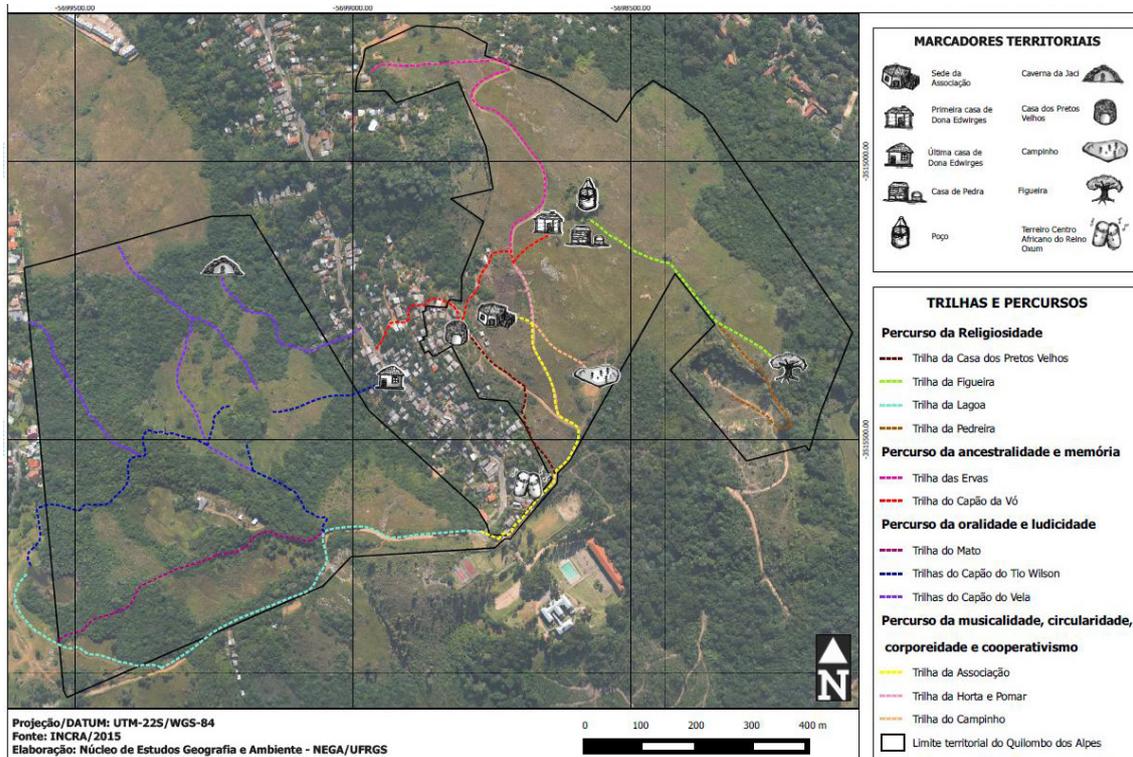
Esse movimento deve se tornar efetivo, não somente para atender as leis citadas, mas para constituir-se no plano pedagógico da escola as dimensões étnico-raciais. Essas mesmas ideias estão fortalecidas pela Resolução CNE/CEB 08, de 20/11/2012 que define diretrizes curriculares para educação escolar quilombola na educação básica. Compreender territorialmente dos quilombos significa entender um projeto de nação que foi negligenciado na educação básica. Isso significa, a inserção na matriz escolar, de temas que sejam comuns à cultura, educação, valores e saberes quilombolas, tais como: terra, territorialidade, identidade, religiosidade, organização comunitária, dentre outros.

Estabelecer essa relação não significa simplesmente dar voz aos sujeitos, mas considerá-los nos seus contextos históricos e espaciais, propiciando a formação política e a construção e consolidação do exercício de uma consciência cidadã, visto que a realidade não pode ser concebida e esgotada num sistema de ideias. É preciso ainda apreender a condição territorial na sua convivialidade e tecer a trama territorial, impregnar-se delas, sentir como as pessoas com que trabalhamos e convivemos (nossos educandos e comunidade escolar) se sentem e simplesmente abrir-se ao aprender, apreender a compreender o olhar do outro.

É na busca da transformação vivida dos sujeitos que propomos o mapa como instrumento de educação geográfica e quilombola. O mapa pelas trilhas do Quilombo dos Alpes: percursos, memórias e identidades (Fig. 3), possibilitou indagar se este representaria uma consciência territorial. Baseada em Mesquita (1995) foi possível perceber que, no mapa, a narrativa espacial trata de vivências individuais e coletivas, de participantes de um 'projeto de coletivo', mesmo que transformado/mutante, mas duradouro quanto a socialidade presente em relação a si, aos outros e a natureza. Para a referida autora, a consciência territorial é entendida como a consciência do lugar, *locus* da sociabilidade mais próxima vivida cotidianamente (MESQUITA, 1995).

A elaboração do mapa foi realizada pela pesquisa participante, conforme compreendida por Brandão (2007), onde suas ações dão-se pela interação entre diferentes

Figura 3: Mapa Pelas Trilhas do Quilombo dos Alpes: Percursos, Memórias e Identidades.



Fonte: NEGA (2015).

conhecimentos, entrepostos, de forma compartilhada de compreensão da realidade social pode ser construída. Dessa relação/movimento, articula-se um terceiro conhecimento que pode se apresentar como novo e transformador. O mapa é resultado destes caminhos metodológicos e apresenta os limites territoriais demarcados pelo INCRA (2014), as trajetórias de vida vivenciadas com o espaço e associadas a toda ancestralidade vivida pela comunidade.

Buscou-se junto à comunidade quilombola a apreensão das suas marcas territoriais, expressas no mapa em marcadores territoriais, que simbolizam e materializam os valores civilizatórios afro-brasileiros - o processo de construção do mapa denominamos de mapeamento co-participativo, onde as narrativas e marcadores territoriais tornaram-se referência (PIRES; HEIDRICH; COSTA, 2016).

Costa e Maciel (2006) buscam compreender na consciência territorial de Mesquita (1995) a partir da possibilidade de construir uma educação territorial, promovida pelo entendimento tanto das condições territoriais internas (raízes) como das externas (estímulos). Assim, discute-se que a educação geográfica quilombola perpassa por uma educação territorial, por uma ação conjunta dos agentes e sujeitos escolares, compreendidos como sendo não somente os profissionais do ambiente escolar e educandos, mas principalmente também as comunidades onde os ambientes escolares estão inseridos. Pois são as comunidades escolares que possuem a geograficidade necessária para tensionar os conteúdos impostos no sistema vigente de ensino. São as 'grafias' territoriais das comunidades que entendemos como fundamentais para a construção de uma consciência territorial dos

educandos. Sendo a tomada de consciência territorial, o reconhecer-se como sujeito, que se faz a partir do contato com o outro e das relações herdadas, mas transformadas pelos estímulos externos, um caminho para autonomia, um caminho para transformação da nossa territorialidade.

São os valores civilizatórios afro-brasileiros e os marcadores territoriais que possibilitam tensionar os símbolos expressos na legenda do mapa, dimensões importantes do ensino de Geografia. Como a de 'branqueamento do território', que a partir da política de imigração e colonização brasileira desenvolvida após o período escravocrata, onde o Estado buscava ocupar com imigrantes áreas consideradas vazias, no entanto ocupadas pela população indígena e quilombolas. Essa dimensão se reproduz na dimensão de 'branqueamento' da imagem do território, que se caracteriza na construção de uma historicidade dos locais que sofreram branqueamento populacional e territorial, pois é contada a partir de narrativas monopolizadas e hegemônicas dos processos de ocupação pela população branca, permitindo a localização de indivíduos e grupos nas relações de poder, na definição de projetos de sociedade e território.

O mapa, generalizado em nosso processo de escolarização, torna-se então instrumento de exclusão, hierarquização e subalternização social da população negra, a partir da eliminação da presença de outros grupos enquanto protagonistas dos processos históricos tendo impactos fundamentais sobre a constituição de pertencimentos de indivíduos e grupos com o território, o que está na própria base da função da Geografia enquanto saber escolar: os quilombolas pertencem ao território e o território lhes pertence (SANTOS, 2010). Uma terceira dimensão de 'branqueamento' cultural do território se dá a partir das duas primeiras, onde a eliminação da presença de grupos e indivíduos não brancos, oculta das narrativas, as matrizes, signos e símbolos culturais desses grupos, que possibilitam a constituição de identificação de territórios, lugares e regiões com somente os processos, práticas culturais, sociais e espaciais da população branca, invisibilizando a presença e contribuição negra e indígena na construção territorial. Essas dimensões expressam-se em mapas e imagens utilizados como instrumentos no ensino de Geografia. Contrapondo-as, o mapa *Pelas Trilhas do Quilombo* tornou-se um instrumento que valoriza a contribuição quilombola para a formação territorial brasileira, possibilitando a construção de um caminho para consciência territorial dos educandos.

O mapa *Pelas Trilhas do Quilombo*, construído junto à comunidade, expressa não somente um instrumento de luta para a mesma, pois se trata de material oficial muito utilizado pela Associação do Quilombo dos Alpes onde reproduz os limites territoriais da comunidade com seus usos e ocupações sagradas, como também é um instrumento didático, representando os marcadores territoriais da comunidade. Estas integram as trilhas demarcadas pela comunidade no espaço, construídas a partir da trajetória de vivência da mesma, simbolizando seus valores civilizatórios afro-brasileiros: religiosidade, ancestralidade, memória, oralidade, ludicidade, musicalidade, circularidade, corporeidade e cooperativismo, valores tão importantes para a comunidade quanto para a construção cidadã dos educandos.

Esta discussão se aproxima muito com o que Larrosa (1998) nos coloca sobre a alteridade da infância. À medida que nos inquietamos com o que sabemos (e a soberba da nossa vontade de saber), à medida que suspendemos o que sabemos (e a arrogância de nossa vontade de poder) e à medida que colocamos em questionamento os lugares que construímos para ela, poderemos construir o nosso mundo e nós mesmos pela diferença e heterogeneidade. Não pelo olhar do outro, mas pela construção do nosso próprio olhar. Essa é uma ideia muito aproximada da discussão que Franz Fanon (2008) quando situamos a negritude em sua ancestralidade, em sua história, em suas memórias e espaço, estamos construindo outras racionalidades que procuram desconstruir o olhar do outro sobre nós mesmos.

Trilhamos um caminho de construção de educação territorial, baseada na educação quilombola e antirracista, em diálogo com a comunidade do Quilombo dos Alpes, a Escola Municipal de Educação Fundamental - EMEF Gabriel Obino e com a SMED. A partir do aprendizado proporcionado pela comunidade, foi possível iniciar atividades vinculadas ao ensino na escola, e no ano de 2014 realizou-se oficina na EMEF Gabriel Obino junto aos alunos da turma do LIAU (Fig. 4). O objetivo era trabalhar a oralidade com os educandos e os demais valores civilizatórios afro-brasileiros, como a circularidade, memória, musicalidade, corporeidade, cooperativismo, desenvolvendo assim a partilha das suas vivências, a escuta atenta do outro, possibilitando também a desconstrução de preconceitos.

Figura 4: Oficina do LIAU.



Fonte: NEGA (2014).

A oficina possibilitou introduzir a pedagogia Griô junto aos educandos e partir dela desenvolver os significados da condição territorial quilombola ao ‘subir no Quilombo’ (Fig. 5), onde os educandos teriam contato com a nossa *Griô Janja* (Liderança que transmite, pela tradição oral, as memórias da comunidade quilombola) e junto a ela o *Ubuntu* (palavra de origem africana que possui significados filosóficos importantes como sou o que sou pelo que nós somos e aqui evoca toda a ancestralidade da comunidade quilombola, que nos impregna na vida e principalmente sem estar munidos dos preconceitos estabelecidos pela cotidianidade das comunidades do entorno do Quilombo e da escola.

Figura 5: Saída de Campo do LIAU no Quilombo dos Alpes



Fonte: NEGA (2014).

No ano de 2015, participamos juntamente às ações das Assessorias de Educação Ambiental e das Relações Étnico-Raciais com o desenvolvimento do e Quilombo dos Alpes, atividades de formação para os professores da rede básica de ensino, incluindo a atividade de campo *Trilha Etnobotânica* (Fig. 6). Nesta, a partir do contato com o mapa e com a comunidade quilombola, os professores pudessem apreender as possibilidades de práticas escolares a partir da educação quilombola e assim instaurar o processo de inclusão das temáticas negras/quilombolas na formação escolar que somente é possível com a efetiva formação/engajamento dos professores, pois não é somente os educandos que estão munidos de preconceitos.

Figura 6: Trilha Etnobotânica



Fonte: NEGA (2014).

Os frutos das diversas atividades desenvolvidas com professores e demais agentes de ensino, ficaram evidentes no ano de 2016, onde os professores da EMEF Gabriel Obino convidaram o Quilombo dos Alpes para organizar uma atividade de formação dos professores da escola (Fig. 7).

Figura 7: Atividade de formação de professores no EMEF Gabriel Obino.



Fonte: NEGA (2014).

Com as atividades realizadas, percebe-se que a fala quilombola no seu espaço de luta e de resistência revelam o legado civilizatório que a formação socioespacial brasileira negligenciou historicamente. Pela voz da Janja, percebe-se o quanto a memória cultural teve seus apagamentos. Entretanto, pela sua voz e ensinamentos de coragem e de vida, ela assume o Quilombo como seu lugar de ser e estar no mundo.

## O TAMBOR E O TERRITÓRIO

O tambor é um dos ritos que liga o sagrado à terra e perpassa numa relação de axé muito importante para o Quilombo. Ao som do tambor, tem-se o canto, a dança, a energia, os movimentos sacros das manifestações religiosas de matriz africana. Essa expressão constitui um importante símbolo que se liga a terra e ao Quilombo. Se pensarmos que território, na compreensão de Claude Raffestin (1993), constitui-se a partir do espaço como resultado de ações conduzidas por alguém, ao se apropriar de um espaço de forma concreta ou simbólica alguém territorializa o espaço. Estas relações envolvidas estão inscritas em diversos campos de apropriação, uma imagem idealizada de território e conseqüentemente de conflitos. A grande questão que se coloca é que o território passa a ser identificado nas designações cartográficas assim como em muitas ilustrações que estão presentes em livros didáticos, a partir de uma cultura homogênea, tornando universal as diferenças e suas desigualdades.

O tambor é uma projeção cultural que se liga ao território e constitui uma expressão da territorialidade quilombola dos Alpes. Ressalta-se nessa compreensão o que Henriques (2003) comenta sobre essa discussão ao salientar que “o território não é o mapa”, considerando a importância de fatos existenciais que não só criam a natureza, mas exigem a organização de formas de sociabilidade. Para a autora, o mapa representa o caráter ideológico de um conjunto de intencionalidades políticas, econômicas e socioculturais. Conforme Henriques (2003), o território define-se pela relação que se sustenta com a história, e que se exprime não só na presença dos espíritos dos antepassados, mas pela acumulação de sinais e de marcadores, uns criados pela natureza e reinterpretados pelos homens, os outros provindos do imaginário do indivíduo e da sua sociedade. Ao tratar sobre os desmantelamentos das estruturas territoriais africanas, Isabel Henriques (2003) articula seu trabalho sobre território e identidade a partir de marcadores territoriais, sendo um deles os musicais ou sonoros. Esses marcadores podem assegurar a coesão do território. A identidade tem a compreensão de ações coletivas e individuais e dessa forma o território vai se organizando pelas diferentes ações. Foi pensando nesse sentido que reconhecemos a relação ancestral entre o tambor e o território (PIRES, 2016).

Dessa forma, são diversos os instrumentos do ensino de Geografia que reproduzem representações homogêneas do espaço, tensionando o caminho para a consciência territorial negra, impossibilitando sua cidadania plena. O mapa tornou-se importante dentro desse processo de reconhecimento (consciência), mas acima de tudo, de construção de conhecimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a pretensão inicial deste artigo, acreditamos ter trazido à tona a discussão sobre educação geográfica quilombola e território, demonstrada por nossas experiências. As experiências escolares dos corpos negros, no ambiente escolar, são diversas

das dos corpos brancos e que se considerarmos as inúmeras historicidades e espacialidades da população negra na cidade de Porto Alegre é possível inserir a temática negra quilombola nos ambientes de ensino.

Para isso propomos o debate de educação territorial, pois para alcançar uma consciência territorial pelos educandos, é necessário considerar a leitura dos corpos no espaço, a leitura que os corpos fazem do espaço e a leitura que corpos distintos fazem sobre eles no espaço. Assim como as diversas formas de representação dessas leituras, trabalhadas aqui como os instrumentos de ensino de Geografia, livros didáticos e cartografias. Foi possibilitado aos educandos e educadores, principais atores objetivados pelas leis e diretrizes, a partir das experiências educacionais no quilombo, atividades de formação desenvolvidas dentro do ambiente escolar e dentro da comunidade. Desenvolveu-se contato com os valores civilizatórios afro-brasileiros da comunidade quilombola, assim como foi possível compreender sua historicidade e geograficidade, possibilitando a apreensão, de forma diversa ao que geralmente ocorre dentro dos ambientes escolares, de uma educação que vise o respeito, a horizontalidade e que preze as diferentes formas de aprendizagem dos corpos.

A emergência desse questionamento nos faz refletir sobre a cultura negra, suas práticas sociais no Brasil e suas representações espacialmente fraturadas. O mapa, inicialmente, tornou-se um instrumento fundamental de representação e reprodução das geofricidades negras, e no ensino de geografia, possibilitou tensionar a hegemonia imposta dentro do mesmo, trazendo para dentro do ambiente escolar as práticas espaciais da população negra.

As raízes e as antenas, que segundo Mesquita (1995) se configuram como impulsos internos e estímulos externos respectivamente, é a forma como o sujeito se apropria individualmente do espaço e como o espaço se apropria do sujeito, enquanto sujeito social, vulnerável aos atores externos, que caracteriza a territorialidade. A partir da compreensão da territorialização do espaço, da possibilidade de territorialidade sobre o mesmo, que compreendemos o território como agente educador, pois quando os sujeitos tomam consciência das raízes e antenas que os vinculam ao território, conforme Mesquita, consciência territorial, que surge a possibilidade de transformação tanto do sujeito quanto do território. Para Santos (1996/1997), o negro no Brasil, encontra-se em situação de cidadania mutilada, pois ser cidadão completo é ser como o estado,

[...] é ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado. O indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos. (SANTOS, 1996/1997:133).

Nesse sentido, o desafio de construir uma educação antirracista na sua relação com a terra (*geo*) grafada (*grafias*, também compreendidas como marcas), está pautada em tornar presente os usos e sentidos da negritude do Quilombo dos Alpes que estão ausentes espacialmente e temporalmente. Estas representações silenciadas são sustentadas por um conhecimento e por um desejo de expressar a unificação identitária da diferença cultural

e territorial do continente africano que sempre está presente nos livros didáticos através dos mapas e das imagens.

Assim, acreditamos que o percurso de educação antirracista, é um caminho tomado de tensões, entretanto são essas as possibilidades de vivência demonstradas pela comunidade quilombola, que nos possibilita acreditar na inserção das temáticas negras e quilombolas nas matrizes de ensino e na importância dessa inserção. É a luta, a vida das comunidades, que nos trazem força e conteúdo para lutar por uma educação que preze pela autonomia dos educandos e por consequência pela transformação da sociedade, é a partir da consciência territorial, tanto pelos educandos, quanto pelas comunidades envolvidas que se tornam viáveis a construção do campo das ideias para a ação.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário oficial da União, Brasília, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (a). Parecer n.03 de 10 de março de 2004. Dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, julho de 2004.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, novembro de 2012.

COSTA, Benhur Pinós da; MACIEL, Jaqueline Lessa. O Território como conceito-chave na educação ambiental reflexões a partir do projeto comunitário Jardim Botânico e a comunidade: preservando a flora nativa”. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 126-145, out. 2006.

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: ED. UFBA, 2008.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e identidade: o desmantelamento da terra africana e a construção - da Angola colonial** (c. 1872-c. 1926). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa 2003. Disponível em <[www.africafederation.net/desmantelamento\\_africano.pdf](http://www.africafederation.net/desmantelamento_africano.pdf)> Acessado em: 01 mar. 2013.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância ou o que vai do possível ao verdadeiro. In: LARROSA, Jorge; LARA, Nuria Péres de. (Orgs.) **Imagens do Outro**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.67-86.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: 1995. Ed. da Universidade

PIRES, Cláudia; RATHMANN, M.; FREITAS, Clarice. M.; SILVA, Luana. Território sagrado: da ancestralidade à atualidade no Quilombo dos Alpes - Porto Alegre - RS. In: PIRES, Cláudia; HEIDRICH, Álvaro; COSTA, Benhur Pinós da. (Org.). **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar - Cultura, 2016.

\_\_\_\_\_. PAULA, Cristiano. Q.; BONETTO, H. Mapas-narrativas e um conto geográfico. In: HEIDRICH, Álvaro; PIRES, Cláudia (Org.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre: Letra1, 2016.

\_\_\_\_\_. Território, significações etnoculturais e educação. In: KAERCHER, Gladis; FURTADO, Tanara. (Org.). **UNIAFRO: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola**. Porto Alegre: Ely Petry, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São. Paulo: Ática, 1993.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas**. Disponível em: [http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas\\_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf](http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf). Acesso em: 12 nov. 2015.

SANTOS, Renato E. dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo, v. 26, n. 34, p. 1-281, jan.-jun. 2010.

TRINDADE, Azoilda L. da. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. **Valores afro-brasileiros na educação**. Salto para o futuro. TV escola /MEC, 2005. (Boletim 22).